





1 PGJ/Amapá, agradeceu o apoio recebido pelo CNPG e pelo CNMP, na questão da tentativa de destituição  
2 ocasionada pela Assembleia Legislativa daquele estado. Doutor Cláudio Soares ressaltou o êxito do  
3 trabalho de apoio à Doutora Ivana Cei, noticiando, inclusive, a determinação do afastamento pelo Tribunal  
4 de Justiça amapaense dos deputados estaduais investigados pelo Ministério Público do Amapá. Doutor  
5 Gilberto Giacoia, PGJ/Paraná, externou o apoio do MP/PR à Doutora Ivana Cei, e propôs uma salva de  
6 palmas para a aludida Procuradora-Geral. Após a homenagem do Colegiado, o Presidente do CNPG  
7 concedeu a palavra ao Doutor Rodrigo Molinaro, Promotor de Justiça do MP/RJ, em atenção ao item da  
8 pauta **Lei da Ficha Limpa e atuação no MP na propaganda eleitoral e publicidade institucional**. O aludido  
9 promotor destacou que um dos temas a serem enfocados neste ano, no que concerne ao Processo  
10 Eleitoral de 2012, diz respeito à aplicação da Lei da Ficha Limpa. Doutor Molinaro fez uma breve exposição  
11 sobre as principais alterações ocasionadas pela referida Lei, dentre as quais a ampliação do prazo de  
12 inelegibilidade, e apresentou outras informações pertinentes sobre o tema. Abordou, também, a  
13 problemática do uso indevido da propaganda institucional ou de governo. Concluiu, agradecendo a  
14 atenção de todos. Retomando os trabalhos, após agradecer a presença do Promotor palestrante, Doutor  
15 Cláudio Lopes fez menção ao convênio firmado pelo CNPG com o CNMP, disponibilizando cópia para os  
16 PGJs, referente à troca de informações e de sistemas de informática. O Presidente do CNPG ainda noticiou  
17 a possibilidade de ser firmado um Termo de Cooperação com o Centro de Cooperação Judiciária Europeia,  
18 durante a realização do Congresso Internacional do CNPG. Doutor Cláudio informou, ademais, que a  
19 reunião relativa ao mês de julho ocorrerá no dia 07 de agosto, data em que também haverá uma reunião  
20 conjunta no Senado. Dando sequência aos trabalhos, retornando ao item da pauta **Mesa de Diálogos com**  
21 **o CNMP**, foi concedida a palavra ao Conselheiro Alessandro Tramujas, o qual cumprimentou os presentes  
22 e, em seguida, fez algumas considerações relativas ao Projeto de Resolução que irá versar sobre  
23 Transparência Pública, decorrente da Lei de Acesso à Informação, solicitando as contribuições do CNPG ao  
24 texto normativo. Doutor Alessandro Tramujas, ainda, relatou a existência de outras resoluções, dentre as  
25 quais a referente à necessidade de existir comissão revisora diversa da comissão examinadora nos  
26 concursos para ingresso na carreira e, também, quanto à questão de obrigatoriedade de atendimento aos  
27 advogados pelos membros do MP. Por fim, agradeceu a oportunidade de participar da Reunião. Doutor  
28 Cláudio externou os agradecimentos pela intervenção do Doutor Alessandro Tramujas. Houve um  
29 pequeno debate sobre a questão da obrigatoriedade do atendimento aos advogados, momento em que  
30 se ponderou acerca da necessidade de agendamento, ao contrário do que dispõe o texto da Resolução.  
31 Em seguida, foi concedida a palavra ao Doutor Tito Amaral, Conselheiro do CNMP, o qual cumprimentou a  
32 todos, e passou a noticiar uma preocupação acerca da disciplina relativa à competência para instauração  
33 do inquérito civil, a partir do requisito da prerrogativa de função, matéria esta que se encontra pautada  
34 para julgamento no CNMP. Em seguida, fez uma proposta ao Colegiado, no sentido de que fosse criada  
35 uma Comissão, no âmbito do CNPG, visando a uma maior uniformização das Leis Orgânicas, respeitada a  
36 autonomia de cada ramo do MP. A seguir, referiu-se à proposta de alteração do Regimento Interno do  
37 CNMP, no que concerne à substituição do Presidente do CNMP, com vistas a alterar a atual regra, segundo  
38 a qual o substitui o Subprocurador-Geral da República, em caso de ausência do Presidente. Por fim, teceu  
39 comentários acerca da Resolução que visa a disciplinar a Lei de Acesso à Informação, ressaltando a  
40 premência por uma análise mais detida, visando resguardar, sobretudo, a própria segurança e intimidade  
41 dos membros. Em seguida, fez uso da palavra Doutor Sérgio Dário Machado, representante do MP/ES, o  
42 qual justificou sua ausência nas Reuniões de Tocantins e do Amapá, por problemas incontornáveis no  
43 tráfego aéreo. Ademais, externou o apoio do estado do Espírito Santo à Procuradora-Geral do Amapá. Em  
44 seguida, Doutor Márcio Elias Rosa, PGJ/SP destacou que a própria Lei Orgânica Nacional do MP disciplina



1 que o membro deverá atender, sem necessidade de agendamento, os casos urgentes, de sorte que a  
2 matéria, ao seu ver, já teria previsão legal. Doutor Aguinaldo Fenelon, PGJ/Pernambuco, ressaltou que a  
3 lei possui legitimidade popular, na lógica do Estado de Direito, de sorte que a regulamentação do CNMP,  
4 no seu entendimento, deve observar os limites das leis de cada estado. Doutor Francisco da Cruz,  
5 PGJ/Amazonas, externou seu entendimento, no sentido do descabimento da necessidade de anuência do  
6 Procurador Regional Eleitoral quanto às férias e licenças dos membros designados para a função eleitoral.  
7 Dando sequência aos trabalhos, em atenção ao item da pauta **Acompanhamento Legislativo**, Doutor  
8 Cláudio Lopes conclamou os Procuradores-Gerais a entrarem em contato com os parlamentares que  
9 compõem a Comissão Especial da PEC 37, no sentido de fortalecer a luta institucional contra a referida  
10 Proposta. Ainda sobre essa temática, foi concedida a palavra ao Doutor Manoel Onofre, PGJ/Rio Grande  
11 do Norte, o qual expôs sua preocupação com a situação atual. Nesse sentido, noticiou a criação de uma  
12 comissão, no âmbito do CNPG, composta pelos Procuradores-Gerais do Mato Grosso, Rio Grande do  
13 Norte, Paraíba, Rio Grande do Sul e Bahia, além de Minas Gerais (Presidência do Acompanhamento  
14 Legislativo) e do Rio de Janeiro (Presidência do CNPG). Esclareceu que participou, na condição de  
15 representante do CNPG, de reunião da CONAMP, voltada para a construção de estratégias de  
16 enfrentamento à PEC 37. Em seguida, apresentou as estratégias esboçadas, com base na aludida reunião  
17 com a CONAMP, a serem repassadas posteriormente aos Procuradores-Gerais. Dentre as estratégias,  
18 apresentou a proposta oriunda da reunião da CONAMP, de construção de uma campanha em nível  
19 nacional, com a veiculação de vídeos, impressão de cartazes, panfletos; a mobilização em cada estado,  
20 com vistas ao trabalho em nível local; mobilização em Brasília, com a entrega das pautas de reivindicação.  
21 Colocadas à apreciação do Colegiado, as atas das Reuniões do CNPG ocorridas em Tocantins e no Amapá  
22 foram aprovadas à unanimidade. Em atenção ao item da pauta **Acompanhamento dos Processos nos**  
23 **Tribunais Superiores**, Doutora Eunice Carvalhido, PGJ/MPDFT, ressaltou a vitória do CNPG,  
24 consubstanciada na inédita sustentação oral realizada pelo Procurador-Geral de Minas Gerais, Doutor  
25 Alceu Marques, durante julgamento de processo no STF, autorizada por Resolução da Corte Suprema, esta  
26 decorrente dos trabalhos do CNPG. Salientou, ademais, que a edição de idêntica norma tem sido  
27 pleiteada junto ao STJ, ainda que este Órgão se mostre um pouco refratário a essa possibilidade. Após,  
28 Doutor Cláudio Lopes, em atenção ao item da pauta **Apresentação do Programa de Localização de**  
29 **Vítimas Desaparecidas (PLID)**, concedeu a palavra aos Doutores Rogério Carlos Scantamburlo, Procurador  
30 de Justiça e Pedro Borges Mourão Sá Tavares de Oliveira, Promotor de Justiça, ambos do MP/RJ,  
31 ressaltando que o Programa, inicialmente vinculado à atuação criminal, revelou-se de grande importância  
32 durante as fortes enchentes ocorridas no Rio de Janeiro. Além disso, esclareceu que a iniciativa foi  
33 premiada com o Prêmio Innovare, além de haver suscitado o interesse do MP argentino, em razão dos  
34 desaparecidos políticos daquele país. Por fim, ressaltou a intenção de formação de um cadastro nacional  
35 de pessoas desaparecidas, a partir da experiência exitosa do MP fluminense. Doutor Rogério esclareceu  
36 que foi identificado, no Rio de Janeiro, que os desaparecimentos eram oriundos não apenas de  
37 homicídios, mas também das outras motivações, a exemplo de uso de drogas, e que esses outros casos  
38 deveriam ser computados, para uma mudança no quadro de alto índice de arquivamento dos inquéritos.  
39 Houve também a procura do Setor de Investigação de Paradeiros, de onde foram extraídas todas as  
40 informações disponíveis para a formação de um banco de dados. Esclareceu que, com a iniciativa do  
41 Projeto, houve uma ampliação dos parceiros, a exemplo de Disque Denúncia, SOS Criança, e até mesmo  
42 dos populares, com base em uma perspectiva multidisciplinar. Em seguida, fez uso da palavra Doutor  
43 Pedro Borges, o qual apontou três princípios basilares do Programa: a conectividade, a gratuidade de um  
44 sistema e a gestão do projeto com vistas ao compartilhamento das informações. O promotor relatou



1 alguns casos em que houve êxito na atuação do MP, decorrente do emprego da ferramenta do PLID. Por  
2 fim, agradeceu a oportunidade e a atenção de todos. Em seguida, Doutor Cláudio Lopes parabenizou os  
3 palestrantes. Doutor Manoel Onofre também registrou elogios à iniciativa do *Parquet* fluminense. Em  
4 seguida, Doutor Fábio Stica, PGJ/RR, ao externar suas congratulações ao Projeto, noticiou iniciativa do  
5 Ministério Público Democrático (MPD), com o slogan “Não aceito a corrupção”, destacando que o  
6 Coordenador do MPD, Doutor Roberto Livianu, Promotor de Justiça do MP/SP estaria disponibilizando o  
7 material da campanha aos estados interessados. Em seguida, Doutor Cláudio Lopes passou ao item da  
8 pauta **Entrega do Colar do Mérito do CNPJ ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas** – Dr.  
9 Francisco das Chagas Santiago da Cruz. Após a concessão da honraria, Doutor Francisco da Cruz externou  
10 seus agradecimentos ao Colegiado, e nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a Reunião,  
11 sendo por mim, Maria Helena Nunes Lyra, Secretária-Executiva, lavrada a presente ata.

12

13

14

15

Claudio Soares Lopes  
Presidente do CNPJ

16

17

18

19

20

Maria Helena Nunes Lyra  
Secretária Executiva do CNPJ

21